

## **A GUERRA DA COREIA (1950-1953): um estudo sob a ótica do legado teórico de Edward Hallet Carr<sup>1</sup>**

*Mieny Cássia Nakamura dos Santos<sup>2</sup>*

*Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos<sup>3</sup>*

“O pensamento imaturo é predominantemente utópico e busca um objetivo. O pensamento que rejeita o objetivo como um todo é o pensamento da velhice. O pensamento maduro combina objetivo com observação e análise.” – Carr<sup>4</sup>

**Resumo:** O objetivo deste texto é responder de modo introdutório à seguinte questão: como analisar a Guerra da Coreia (1950-1953) à luz do pensamento de Carr? Para buscar responder a tal indagação, buscar-se-á testar a seguinte hipótese: a partir da caracterização do construto teórico de Carr, é possível caracterizar as origens, desenrolar e dificuldades do desfecho do conflito na península coreana como associadas ao excesso de realismo por parte das duas superpotências no contexto da Guerra Fria. O texto apresenta uma visão geral do pensamento de Carr em “Vinte anos de crise” e busca aplicar seu conteúdo de modo a proporcionar uma breve análise sobre o conflito mencionado, mostrando como o excessivo realismo associado à postura preponderante das duas superpotências naquele conflito inicial da Guerra Fria foi fundamental para o início e desfecho específicos daquele conflito.

**Palavras-chave:** Guerra da Coreia, Carr, realismo.

**Abstract:** The purpose of this paper is to answer introductory way the question: how to analyze the Korean War (1950-1953) in the light of the thought of Carr? To seek to answer this question, will be sought-test aa following hypothesis: from the characterization of the theoretical Carr construct, it is possible to characterize the origins, progress and difficulties of the conflict outcome on the Korean peninsula as associated with the excess of realism by part of the two superpowers in the context of the Cold War. The paper presents an overview of the thought of Carr in "Twenty years of crisis (1919-1939)" and seeks to apply its contents to provide a brief analysis of the mentioned conflict, showing how excessive realism associated with the dominant position of the two superpowers in that Cold War initial conflict was of outstanding to understand the specific beginning and outcome of that conflict.

**Key-words:** Carr, Korean War, Realism.

---

<sup>1</sup> Texto elaborado com base no relatório final do Programa Iniciação Científica sem bolsa da Unesp 2014/2015.

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Unesp.

<sup>3</sup> Docente do curso de Relações Internacionais da Unesp de Marília.

<sup>4</sup> Citado em (CARR, 2001: p. 15).

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar um estudo sumário, não exaustivo no qual se possa estabelecer umnexo entre uma das principais obras de Edward Hallet Carr, uma referência teórica da maior importância para as Relações Internacionais e sua vertente realista<sup>5</sup>. Busca-se relacionar o que Carr entende, em sua obra 1919-1939: Vinte anos de crise – Uma introdução ao estudo das relações internacionais, como utopia e como realismo – e as diversas formas nas quais esta antítese pode ser notada – com os acontecimentos que conduziram a Guerra da Coreia. Além disso, também serão expostas reflexões e questionamentos que surgiram ao longo deste processo de conexão entre a teoria de Carr e as ações tomadas pelos países que dividiam o território da Coreia<sup>6</sup>.

Um ponto caro à análise de Carr no livro mencionado é o desencontro entre o ideário utopista exagerado e o contexto histórico específico do período entreguerras. Tal recurso metodológico relevante da formulação de Carr é uma ressalva importante para buscar a análise de um período totalmente distinto daquele que foi objeto de sua obra mais conhecida. De certa forma, o ponto de partida aqui tratado de forma bastante sumária é o ponto de chegada de Carr – o pós-guerra - no livro citado na medida em que o autor britânico esboçou algumas possibilidades daquilo que poderia ser o mundo dos construtores da paz vindoura a quem ele dedica seu escrito. Buscando preconizar uma política com elementos eficientes e equilibrados entre utopismo e realismo – cuja avaliação em termos históricos globais no pós-

---

<sup>5</sup> A vertente teórica realista é normalmente associada ao primado do interesse e da consecução do poder no além-fronteiras por aqueles agentes contemporâneos tidos pela corrente citada como os mais importantes, os Estados. Tais atores agem em contexto onde não há um poder ou Estado soberano sobre os demais, um sistema de Estados anárquico, normalmente pautado por um ambiente de busca ou caracterização de equilíbrio de poder, com enormes dificuldades de transformação substantiva de tal quadro. Portanto, uma situação com a marca do risco e possibilidade da violência no plano internacional. Ressalvando-se que o realismo é apenas um rótulo de caráter didático para caracterização de diversos autores semelhantes entre si, mas com muitas diferenças e particularidades também. Neste sentido, a questão do sistema internacional anárquico e do equilíbrio de poder não dizem respeito especificamente ao construto teórico de Carr. Além de Carr, seriam representantes desta corrente Hans Morgenthau e Kenneth Waltz. Por oposição, a vertente utopista ou idealista ou liberal teria como elementos marcantes o reconhecimento de todas as características mencionadas do realismo, mas com a ressalva da possibilidade de transformação do sistema internacional e do aumento da importância das questões morais, éticas, racionais e econômicas contrárias à guerra, além de todos os aspectos identificados com o pacifismo. O principal expoente desta perspectiva é Norman Angell (2002), mencionado e criticado diretamente por Carr em *Vinte Anos de Crise* ..

<sup>6</sup> Sabe-se das ressalvas e dos limites que uma simples classificação de Carr como autor realista no sentido de prover uma caracterização mais adequada de sua obra como um todo, inclusive livros e escritos posteriores ao seu famoso “Vinte anos de crise”. Existem várias abordagens realistas, como as de Waltz (1979) e Morgenthau (2003), todas elas distintas entre si. A título de exemplificação são mencionadas algumas contribuições importantes sobre o autor. Para uma avaliação de contribuição importante de Carr sobre a emancipação humana, não o credenciando meramente como um realista qualquer, consulte-se: Linklater (1997), Tickner (1995) e Deutscher (s/ d.). Para uma crítica bastante consistente sobre “Vinte anos de crise”, consultar Rosenberg (2001 e 2016).

Segunda Guerra vai além do escopo deste texto-, Carr concluía as bases do seu argumento que serve de inspiração para uma análise introdutória do conflito na península coreana. Um quadro pós-conflito balanceado entre poder e legitimidade, força militar e consenso, enfim, aspectos relacionados respectivamente a uma combinação equilibrada de realismo e utopismo.

Grosso modo, a Guerra da Coreia pode ser cronologicamente entendida nas seguintes fases: a) A ofensiva norte-coreana, a contraofensiva da Coreia do Sul, dos Estados Unidos e seus aliados, Grã-Bretanha, Austrália, Nova Zelândia e outros sob a bandeira da ONU e a ofensiva chinesa (1950); b) Combates no paralelo 38 e impasse (1951-1953) e c) o final com o armistício em 1953. Foi o primeiro conflito significativo da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética.

Sumariamente, o livro referido de Carr tem como uma das principais teses o fracasso da política utopista que marcou o período entre-guerras em função do excesso de idealismo. Para Carr, qualquer política eficiente passa por um equilíbrio entre uma abordagem realista e um tratamento utopista, ponto ausente no período 1919-1939. O resultado disto foi a Segunda Guerra Mundial.

Consideradas as devidas diferenças históricas e conjunturais, o aporte teórico de Carr pode ser útil para a compreensão da origem do conflito coreano, seu desenrolar e das dificuldades para que se pusesse termo às hostilidades.

O texto a ser apresentado consta desta introdução, seguida de uma apresentação sumária do livro de Carr e por fim uma análise do conflito com a aplicação de seus conceitos e considerações finais. Este artigo possui dois objetivos. O primeiro objetivo é responder à seguinte questão: como analisar a Guerra da Coreia (1950-1953) à luz do pensamento de Carr? O outro objetivo testar a seguinte hipótese: a partir da caracterização do construto teórico de Carr, é possível caracterizar as origens, desenrolar e dificuldades do desfecho do conflito na península coreana como associadas ao excesso de realismo por parte das duas superpotências no contexto da Guerra Fria.

Quanto a leitura da obra que inspirou a pesquisa, Vinte anos de crise: 1919-1939 – Uma introdução ao estudo das relações internacionais, focou-se nos conceitos que o autor traz ao fazer sua análise do período entreguerras. Através da crítica à postura política daquela época que Carr faz, verificamos diversas ações de cunho utopista durante o período entreguerras que vão em direção oposta ao que aconteceu no caso da Coreia, o que nos permite classificar tais ações como realistas. O excesso de utopismo que tomou conta do pensamento político e intelectual após a I Guerra Mundial parece ter a mesma intensidade que o excesso de realismo presente na primeira fase da Guerra da Coreia tem. Considerando os

escritos de Carr, o pensamento ideal seria equilibrado, pois somente assim haveria uma postura sensata em relação aos fatos políticos. Isto seria alcançado combinando o objetivo (no caso a face utópica da questão) com a análise dos meios possíveis para alcançá-lo (que é a face realista) conforme demonstra o autor que,

o pensamento imaturo é predominantemente utópico e busca um objetivo. O pensamento que rejeita o objetivo como um todo é o pensamento da velhice. O pensamento maduro combina objetivo com observação e análise. Utopia e realidade são, portanto, as duas facetas da ciência política. Pensamento político e vida política sensatos serão encontrados onde ambos tiverem seu lugar (CARR, 2001: p. 15).

De certa forma, a Guerra da Coreia apresenta alguns momentos que podem ser considerados utópicos. A maioria de teor diplomático e de negociação entre as partes envolvidas na guerra. Tais momentos poderiam até equilibrar o realismo e o utopismo do conflito de alguma forma, entretanto encontram-se em âmbitos tão diferentes (diplomático e bélico) que acabam não se mesclando ao longo do conflito, não alcançando, portanto, a sensatez que Carr menciona no trecho acima.

O pensamento objetivado, de teor utópico, segundo Carr, é encontrado somente no plano diplomático como é visto na intenção de reunificação das Coreias através da intervenção da Organização das Nações Unidas. Em contrapartida, temos o plano civil sendo transformado em militar novamente<sup>7</sup>, movimento que é fortalecido com a forte presença das duas grandes potências mundiais da época, os Estados Unidos e a URSS, e a chegada de suas tropas ao território coreano, tanto no lado sul quanto no norte – tropas estas que pouco sabiam por qual causa deveriam lutar. Nota-se que o objetivo utópico, o de reunificar os lados, não foi o suficiente para fazer com que a força do sentimento realista, bélico, fosse parada. Trata-se dos ideais do intelectual entrando em conflito com as atitudes do burocrata e, principalmente, deste não assimilar as intenções daquele, gerando conflito, o que os levou ao extremo realismo.

## **2. EXPOSIÇÃO SUMÁRIA DO PENSAMENTO DE CARR**

O objetivo desta seção é fazer um abordagem sumária do pensamento de Carr (1981) em “Vinte anos de crise” de forma não exaustiva.

### **2.1 Conceitos fundamentais: realismo e utopismo no contexto da nova ciência da política internacional**

---

<sup>7</sup>Faço o uso do termo "novamente", pois a Coreia também foi palco para as disputas durante a II Guerra Mundial.

A Guerra de 1914-18 consiste num marco - coloca um fim no entendimento de que a guerra afeta exclusivamente soldados profissionais e compete somente aos diplomatas profissionais. Assim, ante os clamores por paz que o enorme impacto da violência e destruição deixaram, o surgimento da ciência da política internacional ocorre devido a uma demanda popular.

Nas ciências humanas, de maneira diversa das ciências exatas, o objetivo da pesquisa não é irrelevante e separável em relação à investigação. É, antes de qualquer coisa, um dos fatos a serem investigados.

Como disciplina que se situa nos seus primeiros passos, no seu entender, a política internacional deve ser situada no âmbito da ciência política e não como uma disciplina autônoma.

Para avançar nisto, em termos teóricos, pode-se estabelecer a diferença entre o papel do pesquisador (papel de estabelecer os fatos) e o prático (aquele que traça o curso certo da ação) (CARR, 2001: p. 3-15).

## **2.2. Utopia e realismo**

Na política internacional, esquemas elaborados não como produto da análise, mas como resultado da aspiração a ser alcançada, não funcionarão.

Neste ensejo, o desejo de evitar a guerra motivou o início, a infância da ciência política. Ou seja, a intenção de erradicar esta doença do corpo político internacional, como outras ciências na infância, é marcadamente e francamente utópico. A análise crítica - levando em consideração fatos existentes e meios disponíveis - é pouco encontrada, concentrando-se nos fins a serem alcançados.

Carr assim menciona o seu entendimento sobre o realismo:

o impacto do raciocínio sobre o desejo, que, no desenvolvimento de uma ciência, segue-se ao colapso de seus primeiros projetos visionários, e marca o fim de seu período especificamente utópico.(...) No campo da ação, o realismo tende a enfatizar o poder irresistível das forças existentes e o caráter inevitável das tendências existentes, e a insistir em que a mais alta sabedoria reside em aceitar essas forças e tendências, e adaptar-se a elas".(...) O pensamento maduro combina objetivo com observação e análise (CARR, 2001: p. 14-15).

Ao discorrer sobre utopia e realidade, Carr a considera uma antítese fundamental. Recorrendo a Sorel, Carr a vê como uma eterna disputa entre os que imaginam o mundo de modo a adaptá-lo à sua política, de modo a adaptá-la às realidades do mundo. Há as seguintes coincidências com esta antítese:

a) Livre Vontade e Determinismo

A antítese de utopia e realidade identifica-se com a antítese em questão. O vício característico do utópico é a ingenuidade, isto é, priva-se de entender a realidade a ser transformada. No caso do realista, seu vício peculiar é a esterilidade, privando-se da possibilidade de transformar a realidade.

#### b) Teoria e Prática

Para o realista, a teoria política é um tipo de codificação da prática política. Diversamente, o utópico, “sustentando reconhecer a interdependência entre o objetivo e fato, trata o objetivo como se fora o único fato relevante e constantemente apresenta proposições optativas como imperativas” (CARR, 2001: p. 18).

De maneira sintética, para os realistas, o processo político consiste na sucessão de fenômenos baseia-se nas leis mecânicas da causalidade. Para os utópicos, este processo consiste na aplicação na prática de certas verdades teóricas. Posicionando-se criticamente a estas duas concepções, Carr coloca que a ciência política “tem de ser baseada no reconhecimento da interdependência da teoria e da prática, que só pode ser atingida através da combinação de utopia e realidade” (CARR, 2001: p. 20).

#### c) O Intelectual e o Burocrata

A fraqueza característica dos intelectuais políticos é também a fraqueza característica da utopia: não entender a realidade existente e o modo pelo qual os padrões se relacionam com ela. A abordagem burocrática da política é fundamentalmente empírica. O burocrata tende a tornar a política um fim em si mesmo.

#### d) Ética e Política

O utópico possui um padrão ético independente da política e procura adequar a político ao mesmo padrão ético. Por sua vez, a realista aceita só os fatos e não os padrões morais; para ele, a moralidade é relativa e não universal. “a ética tem de ser interpretada em termos de política; e a procura de uma norma ética fora da política está fadada à frustração” (p.31).

Feitas as associações entre utopia e realidade e outros pares de idéias semelhantes, voltemos a tratar do alcance das formulações idealistas dominantes nos vinte anos de crise. No que tange ao pano de fundo utópico que permeia o período histórico do entreguerras (1919-1939), há o transplante das idéias do filósofo utilitarista Bentham à então nascente ciência da política internacional: a opinião de que os países não se equilibravam em termos de forças no nível econômico, mas estes mesmos países eram regidos por princípios racionais a priori. O que dominou o mundo após a Primeira Guerra Mundial no âmbito da ciência da política internacional foi um racionalismo que gerou uma utopia, ao aplicar-se o utilitarismo e

o *laissez-faire* a uma época distinta do século 19 (quando estes mesmos princípios dirigiram a expansão industrial e comercial) com necessidades práticas tremendamente diferentes em relação ao século anterior. A teoria abstrata, longe da realidade, foi o que levou ao fracasso das teorias liberais após a Primeira Guerra Mundial.

Ainda no que diz respeito à aplicação de idéias, a fundação da Liga das Nações foi uma tentativa de aplicação dos princípios do liberalismo de Locke para erguer um mecanismo da ordem internacional. Contudo, esta tentativa de transposição do racionalismo democrático do âmbito nacional para o nível internacional encontrou muitas dificuldades imprevistas.

O que parecia ser anteriormente um meio-termo entre utopia e realidade no interior da Liga das Nações - e fizesse com que esta fosse um instrumento efetivo da política internacional tornou-se, a partir de 1922, um organismo no rumo da utopia. O Pacto pretendido pela Liga não funcionava e “os pratos utópicos preparados durante esses anos em Genebra eram intragáveis para a maioria dos governos interessados e constitui um sintoma do divórcio crescente entre teoria e prática”(CARR, 2001: p. 42).

De maneira geral, começou-se a acreditar que as soluções dos problemas mundiais estariam em textos. “Os metafísicos de Genebra acharam difícil de acreditar que uma acumulação de textos engenhosos proibindo a guerra não fosse uma barreira contra a própria guerra” (CARR, 2001: p. 43). Este era o propósito do “Protocolo” elaborado em 1924. Por isto, estava à vista o fim da Liga como instrumento político.

Em diáspora semelhante acreditava-se no papel da opinião pública no sentido de guiar a um resultado acertado e pacífico:

Tampouco teve melhor sorte a tentativa de transplantar para a esfera internacional a fé democrática liberal na opinião pública. E aqui houve uma dupla falácia. A crença do século dezenove na opinião pública compreendia dois pontos: primeiro (e nas democracias isto era, com algumas reservas, verdade), que a opinião pública está fadada, a longo prazo, a prevalecer; e, segundo (esta era a visão de Bentham), que a opinião pública está sempre certa. Ambas as crenças, não sempre claramente distinguíveis uma da outra, foram reproduzidas, sem espírito crítico, no campo da política internacional (CARR, 2001: p. 44).

Dirigentes políticos relevantes neste período, como os presidentes norte-americanos Taft e Wilson, contemplaram em seus discursos e políticas a perspectiva aqui apontada. De modo geral, havia a compreensão de que, se as potências inimigas haviam sido desarmadas pela força, “a voz da razão, falando através da opinião pública seria suficiente para desarmar os aliados” (CARR, 2001: p. 45).

O curso dos fatos levou à punição da utopia de maneira súbita. Em setembro de 1931, o Japão, por exemplo, iniciou sua campanha na Manchúria. Mesmo assim, o discurso de líderes neste período até o início da Segunda Guerra Mundial - como o do presidente

americano Roosevelt - ainda apelavam à força moral da opinião pública. Logo se percebeu que a opinião pública não era, na prática, tão relevante e também necessariamente portadora de opiniões acertadas.

Carr apresenta sua divergência em relação à interpretação de historiadores sobre o período - como Toynbee<sup>8</sup> - e coloca sua interpretação: houve a falha dos que se recusaram a fazer funcionar a Liga das Nações.

### **2.3. A harmonia de interesses e a crítica ao realismo**

A doutrina da harmonia de interesses assim caracteriza a síntese utópica:

a) o utópico, baseando-se na primazia da ética, crê no caráter, independentemente do direito do mais forte;

b) o indivíduo deve submeter-se às regras da comunidade porque o utópico entende que o mais elevado interesse da comunidade e do indivíduo convergem.

A maior responsável pela propagação da doutrina da harmonia de interesses foi a escola do *laissez-faire* na economia política.

No plano internacional, esta utopia liberal baseou-se no pressuposto da expansão infinita dos mercados. De maneira equivocada, acreditou-se que o que era verdade para os indivíduos, também o era para as nações. Assim, como os indivíduos visam o seu próprio bem, inconscientemente promovem o bem de toda a sociedade e as nações servem à humanidade ao servirem a si próprias.

Já no século 19 duvidava-se da teoria do *laissez-faire* e as indústrias norte-americanas e alemãs davam mostras disto na prática ao serem erguidas por trás de tarifas protetoras. A competição econômica na segunda metade do século dezenove levou a uma mudança: a competição econômica implicava exatamente no que Darwin proclamou a lei biológica da natureza: ou seja, a sobrevivência do mais forte à custa do mais fraco.

Sendo assim, a doutrina da harmonia de interesses teve a seguinte mudança: o bem da comunidade ainda era idêntico ao bem de seus membros individuais, mas somente o dos indivíduos que eram competidores efetivos na luta pela sobrevivência.

As ideais do *laissez-faire* foram reintroduzidas após a Primeira Guerra Mundial no âmbito da política internacional por inspiração norte-americana, embora ressalvas a ela

---

<sup>8</sup> Este historiador acreditava ser este período uma época muito mesquinha devido à condita 'gananciosa' da maioria absoluta dos países.



aparecessem na prática - no plano endógeno - em vários países. O postulado que causou muita confusão no pensamento internacional foi o de que fazer da harmonização de interesses o objetivo da ação política não é o mesmo do que postular que a natural harmonia de interesses existe.

A doutrina da harmonia de interesses - de origem anglo-saxã - impregnou o discurso dos diplomatas das nações no período. Na realidade, o fato da existência de interesses divergentes foi disfarçado e falsificado pelo lugar comum de um desejo geral de evitar o conflito. Assim como a guerra trouxe benefícios à Alemanha no século 19 e graças a ela países começaram a existir - Polônia, Tchecoslováquia e Hungria, por exemplo, no começo do século 20 -, sendo difícil sustentar que a guerra trazia somente prejuízos.

Os especialistas econômicos no entre-guerras fizeram de suas análises letra morta ao pensarem a existência de um princípio fundamental de política econômica cuja aplicação fosse benéfica a todos os Estados, e prejudicial a nenhum deles. Neste período, a teoria econômica esteve totalmente oposta à prática econômica, tornando-se difícil encontrar nas inúmeras discussões internacionais do período, alguma exposição clara dos problemas que afligiam os estadistas do mundo.

A doutrina da harmonia de interesses obteve sucesso no século 19, devido a uma realidade da economia em contínua expansão, de progressiva prosperidade, com menores revezes, numa estrutura econômica mundial bastante semelhante à estrutura econômica interna dos Estados Unidos:

a) qualquer pressão podia ser aliviada com a expansão a territórios até então inexplorados e desocupados;

b) uma abundante oferta de mão-de-obra barata, e de países atrasados, que não haviam atingido o nível de conscientização política.

Tratemos doravante da crítica realista. Maquiavel é o primeiro grande realista político e crítico da utopia e baseia sua doutrina em três princípios:

1) A história é uma seqüência de causa e efeito cujo curso pode ser analisado e entendido através do esforço intelectual, porém não (como os utópicos acreditam) dirigido pela imaginação.

2) A teoria não cria (como presumem os utópicos) a prática, mas sim é a prática que cria a teoria.

3) A política não é (como pretendem os utópicos) uma função da ética, mas sim a ética o é da política;

Interpretações da realidade posteriores a Maquiavel libertaram o realismo da coloração pessimista. No entanto, tornaram-na determinista, seja em termos da economia, geografia ou da história.

Carr sustenta tratar-se de relevante realização do realismo moderno revelar os aspectos determinísticos do processo histórico e o caráter relativo e pragmático do próprio pensamento. Assim, quanto ao pensamento, é possível afirmar que as teorias elaboradas não moldam o curso dos acontecimentos, mas que são inventadas para explicá-los. Diferentemente, é possível afirmar também que o desenvolvimento da teoria abstrata é freqüentemente influenciado por acontecimentos que não possuem qualquer relação com ela.

No que tange à política internacional, o pensamento na ótica realista não é simplesmente relativo às circunstâncias e interesses do pensador. É também pragmático, no sentido de que se dirige à execução de seus objetivos.

Os realistas, ao partirem da compreensão de que o credo utópico aponta ser o bem para o indivíduo o mesmo para os outros e vice-versa - ou seja, o que é bom para o mundo é também para os outros países - desmontam esta proposição quando percebem que os defensores do Império Britânico apenas mascaram a defesa de seu interesse, no sentido de impô-lo ao resto do mundo.

A doutrina da harmonia de interesses defende que o interesse individual é o interesse da comunidade. A crítica realista a isto coloca que apenas uma classe privilegiada, que possui voz dominante na comunidade, está propensa a identificar os seus interesses como os desta mesma comunidade. Qualquer um que ataque estes interesses estará atacando a si mesmo. Trata-se, portanto, de um artifício engenhoso para justificar e manter a posição da classe dominante.

Da mesma maneira que os apelos por “solidariedade nacional” são feitos por grupos dominantes no sentido de fortalecer seu poder sobre a nação como um todo, os apelos de solidariedade e união internacional originam-se das nações dominantes, tendo esperança de exercem controle sobre um mundo unificado. Aqueles países que lutam contra o grupo dominante tendem a invocar o nacionalismo, contra o internacionalismo das potências hegemônicas.

As próprias armas usadas pelo realismo, em que pesem sua eficiência esmagadora, podem ser usadas contra ele próprio. Assim formula Carr (2001: p. 117):

A impossibilidade de se um realista congruente e completo é uma das mais corretas e curiosas lições da ciência política. O realismo congruente exclui quatro coisas que parecem ser ingredientes essenciais de todo pensamento político eficaz: um objetivo finito, um apelo emocional, um direito de julgamento moral e um campo de ação.

Explicando os quatro pontos aludidos por Carr como ingredientes essenciais de um pensamento político eficaz:

1) um objetivo finito

É incompreensível ou incompatível para a mente humana, a longo prazo, uma concepção da política com um processo infinito. Todo pensador político que objetive atrair seus contemporâneos precisa estabelecer um objetivo finito. Isto, no entanto, não está contemplado no pensamento de Maquiavel, quando exorta a Itália a libertar-se dos bárbaros ou mesmo numa sociedade sem classes à qual Marx alude. Nos momentos históricos em que eles formulam isto, não há nenhuma premissa realista.

2) Um apelo emocional. Sobre isto, o acadêmico britânico menciona: “O objetivo finito, assumindo o caráter de uma visão apocalíptica, adquire uma atração emocional e irracional, por este motivo, que o próprio realismo não pode justificar ou explicar” (CARR, 2001: p. 118). É ilustrativo neste sentido o “paraíso” sem classes formulado por Marx.

3) Um direito de julgamento moral.

Legitimar os argumentos com as vestimentas de princípios morais é um dos sintomas da insuficiência do realismo. Assim o fez Marx ao retratar a crueldade dos capitalistas em “O Capital”.

4) Um campo de ação. Carr assim formula sobre o tema: “Acima de tudo, o realismo congruente falha porque deixa de oferecer qualquer campo para ação objetivista e significativa” (CARR, 2001: p. 121). Mesmo alguns pensadores realistas, como Maquiavel, Marx e Lênin deixam implícitos que os homens têm a liberdade de seguirem ou não as suas idéias e intervirem no curso dos acontecimentos, não assumindo somente a postura contemplativa.

Toda a discussão anterior enseja elementos para refletir sobre a natureza da política. Assim, a existência de uma sociedade política implica, conforme vários autores da teoria política, a existência de um caráter dualista fortemente marcante, envolvendo, por exemplo, coerção e consciência, inimizade e boa vontade, autoafirmação e auto-subordinação. O Estado baseia-se em dois aspectos conflitantes da natureza humana: utopia e realidade, o ideal e a instituição, moral e poder.

Se isto for verdade, pode-se chegar a uma conclusão importante: é fatal, na política, ignorar tanto o poder quanto a moral. A China, no século 19, é um exemplo do que acontece num país quando se limita a crer na superioridade moral de sua civilização e despreza os caminhos do poder. Por outro lado, o argumento usado para justificar o Tratado de Versailles

baseava-se na subestimação do fator moral ao colocar que o papel da força é prover as idéias morais o tempo necessário para que criem raízes.

Além disso, trata-se de um erro, apresentar a luta entre as potências saciadas e insatisfeitas como uma luta entre a moral, de um lado, e a força, de outro. Qualquer que seja o envolvimento moral, a política de força predomina em ambos os lados. No caso das nações que querem manter o status quo, a palavra de ordem é “segurança” e tem implícita nesta uma política de poder.

#### **2.4. Poder, política, direito, moral e a nova ordem internacional**

Quando se fala em áreas ocupadas por mais de uma força militar nacional, seja no por força de tratados de paz ou por questões de colonização, que leve a um “governo internacional”, torna-se impossível tê-lo na prática, uma vez que o poder, que é uma condição fundamental do governo, é organizado nacionalmente. Neste sentido, o secretariado internacional da Liga das Nações pôde funcionar exatamente porque era um serviço público, não sendo responsável pela política, e, portanto, independente do poder. Apesar do poder político ser, na esfera internacional, indivisível, pode-se classificá-lo em termos teóricos em a) poder militar, b) poder econômico e c) poder sobre a opinião. Contudo, é difícil, na prática, imaginar algum país que possua algum tipo de poder isolado dos outros. Tratemos de todos eles doravante.

##### **a) O poder militar.**

Assim Carr (2001: p. 143) formula sobre o poder militar:

A suprema importância do instrumento militar repousa no fato de que a ultima ratio do poder, nas relações internacionais, é a guerra. Todo ato do Estado, no aspecto do poder, está dirigido para a guerra, não como uma arma desejável, mas como uma arma que pode ser necessária como último recurso.

No tocante à guerra e o potencial de sua ocorrência, Carr (2001: p. 144) escreve:

Sendo a guerra em potencial, portanto, um fator dominante na política internacional, o poderio militar torna-se um padrão aceito dos valores políticos. Toda grande civilização do passado gozou, em sua época, uma superioridade de poder militar.

Carr sustenta a importante conclusão de que “a política externa jamais pode, ou jamais deveria, divorciar-se da estratégia” (CARR, 2001: p. 145).

Outra passagem importante (CARR, 2001: p. 146):

O poder militar, sendo um elemento essencial da vida do estado, torna-se não só um instrumento, mas um fim em si mesmo. Poucas dentre as guerras importantes dos últimos cem anos parecem ter sido lançadas com o objetivo deliberado e consciente de aumentar comércio ou território. Lutam-se guerras mais sérias para tornar o próprio país se torne militarmente mais forte, de modo que se encontra muita justificativa para o epigrama de que ‘a principal causa da guerra é a própria guerra’.

b) O poder econômico.

A força econômica sempre foi um instrumento do poder político e, quando nem tanto, foi através de sua associação com o instrumento militar.

Os economistas clássicos, adeptos do *laissez-faire*, conceberam uma ordem econômica própria, independente da política, visando o maior lucro de todos com o mínimo de intervenção da autoridade política. Esta lógica funcionou no século dezanove, notadamente na Grã-Bretanha. Já no final do século 19, dava mostras de que este divórcio estava no fim.

A guerra tornou-se intimamente vinculada à associação do braço armado e do braço econômico, sendo este último, o objetivo maior de inutilização de uma potência inimiga.

Tratemos sobre como Carr trata o nexo entre economia e política. Há algumas falácias sobre a separação entre economia e política. As falácias a que Carr refere-se são as seguintes:

1) Tentativas de resolução de problemas internacionais através da aplicação de princípios econômicos divorciados da política estão condenadas ao fracasso. Exemplo prático: a falência das sanções da Liga das Nações em 1936.

2) É um equívoco pensar que há o dilema: investir em armas ou alimentos? A questão real é: “já temos armas suficientes que nos permitam conseguir algum alimento?” ou “tomando por base que precisamos de x armas, podemos aumentar a receita suficientemente para também conseguirmos mais alimentos?”. Nesta lógica, ‘os Estados de bem-estar’ são aqueles que, já possuindo um predomínio de poder, não estão preocupados prioritariamente em aumentá-lo; por sua vez, os ‘Estados de poder’ são aqueles inferiores em poder, o que os leva a aumentar o poder e destinar maioria de seus recursos a este fim (CARR, 2001: p. 156).

Tratemos da autarquia, tema relacionado à temática do poder. Embora a autarquia - ou autossuficiência - seja um dos objetivos da política econômica mercantilista, sua importância prática, onde ela serve como instrumento da política nacional, voltou a ser reconhecido após a Primeira Guerra. Carr entende que ela é um elemento de poder e, como tal, deve ser entendido como uma das grandes categorias de método pelos quais o poder econômico é colocado a serviço da política nacional.

O outro instrumento econômico a serviço da política nacional, voltado para adquirir poder e influência no exterior assume duas formas principais:

a) exportação de capital: o processo de substituição de armas, pelo processo mercantil, por capital, impulsionou as economias britânica - apoiada no fato de Londres ser o centro financeiro mundial e na sua frota naval - e norte-americana - primeiramente como financiador

da América Latina, expandindo-se para a Europa, também apoiada numa esquadra naval crescente.

b) o controle de mercados estrangeiros: como outro exemplo da interação entre economia e política, a luta pelo controle dos mercados não esclarece se o objetivo maior é o fortalecimento do poder econômico ou do poder político. O entrelaçamento entre poder econômico e poder militar numa dada área, por vezes, acontece simultaneamente.

A Grã-Bretanha, devido à sua força econômica inerente e da política de livre comércio, possível graças a esta força, podia exercer em vários países uma grande influência e controle indiretos que nenhuma outra potência teria conseguido sem interferência na independência política dos países envolvidos. Esta se tornou uma vantagem natural para a Grã-Bretanha e uma desvantagem para os outros países, ao surgir como defensora da independência política das outras nações. Assim procedeu a referida potência em relação ao Egito e ao abrir mão de sua autoridade formal sobre o Iraque, conseguiu manter os seus interesses intactos sobre o mesmo.

c) o poder sobre a opinião.

Outro ponto correlato ao poder sobre a opinião contemplado pela análise de Carr (2001: p. 172-188) é o papel da propaganda e da persuasão no plano internacional como instrumento moderno de poder em termos de poder sobre a opinião.

Conforme Carr, a persuasão sempre foi uma qualidade necessária a um líder político. Isto porque se deve entender a importância da opinião popular e da propaganda como arma fundamentalmente moderna para influenciar a primeira.

Desde os primórdios do cristianismo - provavelmente, o primeiro grande movimento de massas - a Igreja Católica parece ter compreendido, já na Idade Média, a importância da propaganda. Esta permanece assim até a atualidade seja nas democracias ou Estados totalitários, fascistas ou comunistas.

O mais antigo instrumento de propaganda e, provavelmente, o mais poderoso é o da educação popular. Esta possibilitou o uso do rádio, do cinema e da imprensa popular.

Antes usada predominantemente pelos revolucionários, o uso da propaganda intensiva era vista com algo indigno por parte dos governos. Já na guerra de 1914-18 percebeu-se que a guerra psicológica deve acompanhar a guerra econômica e a guerra militar. O sucesso nas frentes econômica e militar dependia que o “moral” próprio fosse mantido e o das tropas e populações inimigas fosse solapado e destruído. Deve ser lembrado que a vitória de 1918 sobre a Alemanha foi a combinação de poder militar, do poder econômico e do poder sobre a

opinião. A eficiência da propaganda bolchevique foi fundamental para a tomada do poder na Rússia, aliado depois à criação do Exército Vermelho e da Internacional Comunista, uma organização permanente de propaganda em larga escala com eficiência.

A propaganda é ineficaz quando não se tem por trás dela um Estado nacional, aliado ao poder econômico e militar. Assim o demonstraram os ideais universais da Revolução Francesa - propagados pela Europa através do poder militar de Napoleão - os ideais comunistas - que não lograram êxito de propagação nem com a Primeira e Segunda Internacionais, mas somente a partir do momento em que o Estado soviético colocou-se por trás da Terceira Internacional. Isto posto, Carr avalia que o trotsquismo permanece sem influência por não ter apoio de Estado algum e o Sionismo somente é eficaz quando apoiado politicamente pelas grandes potências. O fracasso da Liga das Nações também reflete esta tendência, uma vez que apoiada na “opinião organizada da humanidade” só servia aos objetivos da política nacional, como no caso da Grã-Bretanha, mais precisamente, para a “ala nacionalista” do Partido Conservador.

O controle sobre a propaganda torna-se difícil nos Estados democráticos, diferentemente daqueles Estados totalitários, que por vezes celebraram acordos contra propagandas hostis a outros países.

Há duas maneiras de limitar-se o poder absoluto sobre a opinião:

1) A necessidade de algum grau de relacionamento com o fato, mesmo que a propaganda não seja de todo verdadeira. A propósito disto, Carr escreve (2001: p. 187):

Hitler condenou a futilidade da propaganda alemã na Primeira Guerra Mundial, que pintava o inimigo como ridículo e desprezível. Esta propaganda não obteve sucesso simplesmente porque, como os soldados alemães descobriram nas trincheiras, era totalmente inverídica.

2) Há um utopismo, provavelmente até mais eficaz, inerente à natureza humana. Sobre isto, Carr assim se manifesta (2001: p. 187):

A propaganda, associada ao poder econômico e militar, sempre tende a um ponto onde prejudica seu próprio objetivo ao incitar à revolta contra este poder. É um fato básico sobre a natureza humana o de que os seres humanos, a longo prazo, rejeitam a doutrina de que a força faz o direito. A opressão por vezes tem o efeito de fortalecer a vontade e aguçar a inteligência de suas vítimas, de modo que não é nem universal, nem absolutamente verdadeiro, que um grupo privilegiado possa controlar a opinião em detrimento dos não-privilegiados. Como o próprio Hitler escreveu, ‘toda perseguição desprovida de uma base espiritual’ tem de contar com ‘um sentimento de oposição contra a tentativa de esmagar uma idéia pela força bruta’. E este fato vital nos dá uma pista da verdade de que a política não pode ser definida apenas em termos de poder.

Tratemos agora da moral.

Dois problemas envolvem a moral, no âmbito da política internacional:

1) O monopólio dos estudos sobre o que a moral internacional deveria ser - por parte da escola utopista - não envolveu uma discussão dos pressupostos do homem comum sobre a moral internacional.

2) No que tange ao campo internacional, os autores que abordam a moral internacional não concordam entre si e não há sempre clareza se pretendem discutir a moral dos Estados ou a dos indivíduos.

Os vários autores abordados colocam uma confusão sobre o que é a moral do Estado e o que é a moral do indivíduo. Não há clareza também se a ação é dos indivíduos ou dos Estados, sendo estes, muitas vezes, despersonalizados pelos pensadores liberais. Outra confusão é a de que a moral internacional é a moral de entidades fictícias, que Carr considera um equívoco, pois não há como considerar o Estado uma entidade fictícia.

O nexos entre a moral e o utopismo e o realismo pode ser, grosso modo, assim resumido (CARR, 2001: p. 198)

Nem a visão realista de que nenhuma obrigação moral prende os Estados, nem uma visão utopista de que os Estados estão sujeitos às mesmas obrigações morais dos indivíduos, correspondem aos pressupostos do homem comum acerca da moral internacional.

Dentro do mesmo tema envolvendo a moral dos Estados e indivíduos, assim se manifesta o ex-funcionário do Foreign Office:

A opinião de que o mesmo padrão ético é aplicável tanto ao acompanhamento dos Estados quanto ao dos indivíduos está tão distante da crença corrente como a opinião de que nenhum padrão se aplica aos Estados. (CARR, 2001: p. 201).

Além da expectativa por parte da maioria das pessoas por um padrão de conduta moral diferente por parte dos Estados, os fatos relativos aos acordos entre países demonstraram, no entre-guerras, que a moral não foi seguida à risca no período.

As razões pelas quais não se deve esperar que os Estados observem o mesmo padrão moral dos indivíduos são as seguintes:

I) Pode-se esperar justiça por parte do Estado, mas não altruísmo ou generosidade. Mesmo quando o Estado “socorre” com “doações compassivas” em caso de tragédias, por exemplo, não é a pessoa, ou o governante, que realiza o ato moral, mas o Estado, ou seja, a pessoa-grupo. Neste sentido, Carr (2001: p. 205) assinala:

O padrão aceito da moral internacional, em relação às virtudes altruísticas, parece ser o de que um Estado deva fazer uso delas na medida em que não sejam incompatíveis com seus interesses mais importantes.

II) O fato de uma pessoa pertencer a um certo grupo faz, muitas vezes, com que ela tenha um comportamento leal ao mesmo, como pessoa coletiva, que condenaria se fosse a sua própria.



III) O Estado, por possuir um direito à autopreservação, supera na sua conduta a obrigação moral.

IV) As colocações anteriores nos colocam o seguinte problema: em que sentido podemos encontrar uma base para a moral internacional pressupondo uma sociedade de Estados?

Existe uma comunidade internacional? Sobre tal indagação, Carr entende que aqueles que negam a existência de uma moral internacional não concordam com a existência de uma comunidade internacional. Esta pode existir apenas como hipótese de trabalho. Por outro lado, supor a existência da comunidade internacional hipotética não pode vir acompanhada da ilusão de que ela possui a unidade e a coerência de comunidades do tamanho ou menores que o Estado. Estas insuficiências dão a pista das imperfeições da moral internacional, principalmente de duas maneiras:

1) o princípio da igualdade entre os membros de uma comunidade não se aplica e realmente não é facilmente aplicável, à comunidade internacional;

2) princípio de que o bem do todo tem procedência sobre o bem da parte, que é um postulado de qualquer comunidade totalmente integrada, não é geralmente aceito.

Neste sentido, como fica o princípio da igualdade? Levando em conta ser difícil, no âmbito da comunidade, por uma série de fatores culturais, estabelecer no âmbito interno a igualdade entre os indivíduos, a dificuldade intensifica-se no âmbito internacional devido à estrutura da comunidade internacional. É dado como exemplo o fato de que a constante intromissão, ou intromissão em potencial das potências torna quase sem sentido qualquer concepção de igualdade entre os membros da comunidade internacional.

Há um dilema fundamental para o princípio mencionado acima: embora seja reconhecido universalmente um sentimento de obrigação com o todo por parte da comunidade, isto é, desta com a comunidade internacional, há uma relutância quase universal em admitir, que, nesta comunidade internacional, o bem da parte (ou seja, nosso próprio país) possa ser menos importante que o bem do todo. Há dois modos de ser resolvido este dilema:

1) O método que Hitler tomou emprestado da Escola Darwiniana, onde o bem do todo é o bem do mais apto e este, por sua vez, é o mais apto.

2) A doutrina da harmonia de interesses.

Não há escapatória para o dilema da moral internacional se não houver o sacrifício da parte em prol do todo. Qualquer moral internacional deve repousar sobre alguma hegemonia de poder, onde não há um elemento de dar e receber, tampouco o auto-sacrifício.

Como Carr avalia o direito internacional? Há uma confusão neste campo, como se o direito internacional estivesse acima da imoralidade da política. Verificaremos antes a natureza do direito na comunidade internacional, e suas relações com a política internacional.

O direito internacional difere do direito nacional dos Estados modernos por ser o direito de uma comunidade não-desenvolvida e não totalmente integrada. Não possui três instituições que são partes essenciais de qualquer sistema desenvolvido de direito nacional:

1) um judiciário: não há o reconhecimento sobre matérias de direito de nenhuma corte por parte do direito internacional. Existiu uma tentativa neste sentido com a instituição da Corte Permanente de Justiça Internacional estabelecida pelo Pacto da Liga das Nações, que, no máximo, criou certas obrigações para os Estados que as aceitaram.

2) um executivo: não há, no direito internacional, agentes competentes que forcem a observância da lei, embora possa se fazer uso de represálias. As medidas contidas no artigo 16 do Pacto da Liga fazem parte também de um conjunto de medidas punitivas.

3) um legislativo: não existe uma legislação internacional, uma vez que o direito internacional reconhece apenas uma fonte do direito, qual seja, o do costume, como ocorre de maneira semelhante com as comunidades primitivas. Mesmo exemplos que são tomados como de legislação internacional, como as Convenções de Haia (1907), não obrigam os Estados a cumpri-las.

Sendo, desde os gregos clássicos, a visão sobre o direito internacional ligada à moral, as novas e modernas convenções neste tema vieram de necessidades práticas. Além de tal dificuldade, Carr (2001, p. 227) ressalta tal obstáculo sobre o direito natural:

O cerne da questão sobre o direito natural não é que as pessoas diferem, dependendo do tempo e do lugar, sobre que regras particulares que prescrevem (essa questão poderia ser resolvido pela teoria 'variável' do direito natural), mas sim o que o direito natural (ou razão, ou 'direito objetivo', ou qualquer outro de seus substitutos) pode ser tão facilmente invocado para incitar à desobediência à lei como para justificar a obediência a ela.

Hobbes inaugura a formulação de que o direito é separado da ética. Em seguida, Rousseau entende que é da natureza do direito o favorecimento dos fortes em detrimento dos fracos. Para Marx, todo direito é um direito da desigualdade e, para Lênin, registra as relações de poder e expressa o desejo de poder da classe dominante.

Para o ex-diplomata britânico, as afirmativas que se seguem são verdadeiras e que há também meias-verdades ao mesmo tempo:

1) o direito é tido como obrigatório porque representa o sentimento de justiça da comunidade: é um instrumento do bem comum.

2) O direito é tido como obrigatório porque é imposto pelo braço forte da autoridade: pode ser, e freqüentemente é, opressivo. Ambas as respostas são verdadeiras; e ambas são apenas meias-verdades.

A reconciliação destas duas meias verdades contraditórias e inadequadas encontra a resposta no relacionamento da política com o direito.

Ainda conforme o acadêmico britânico (CARR, 2001, p. 230-231):

Política e direito estão indissolúvelmente interligados pois as relações de homem a homem em sociedade, que são o objeto da política, também são o objeto do direito. O direito, como a política, é um ponto de encontro para ética e poder.

O mesmo é verdade sobre o direito internacional, que não pode ter existência exceto na medida em que exista uma comunidade internacional que, tendo por base um consenso mínimo, o reconheça como obrigatório. O direito internacional é uma função da comunidade política das nações. Seus defeitos se devem, não a qualquer falha técnica, mas ao caráter embrionário da comunidade em que funciona. Assim como a moral internacional é mais fraca do que a moral nacional, o direito internacional é necessariamente mais fraco e pobre em conteúdo do que o direito local de um estado moderno altamente organizado. O diminuto número de estados que formam a comunidade internacional cria os mesmos problemas especiais tanto no direito quanto na ética. A evolução das regras sociais igualmente aplicáveis a todos, que é a base do elemento ético do direito, torna-se extremamente difícil. As regras, por mais gerais que sejam na forma, sempre estarão voltadas para um Estado particular ou para um particular grupo de estados e, por esta razão, senão por outras, o elemento do poder é mais predominante e mais óbvio no direito internacional do que no direito doméstico, cujos sujeitos são um grande corpo de indivíduos anônimos. As mesmas considerações tornam o direito internacional mais francamente político do que outros ramos do direito.

Tangenciável ao tema do direito internacional há a questão dos tratados internacionais e sua eventual inviolabilidade, tema em pauta no utopismo dominante do entreguerras. Sendo o fato de que as únicas obrigações a serem seguidas pelos Estados são aquelas escritas e que o direito internacional é incerto, conferiu aos tratados um papel de maior destaque que os contratos no direito internacional. A discussão que será levada adiante aqui é a confusão estabelecida pelo fracasso da distinção entre a “inviolabilidade dos tratados” como uma regra do direito internacional, e a “inviolabilidade dos tratados” como um princípio da ética internacional.

Diante das circunstâncias, qualquer tratado assinado pode ser rejeitado por uma nação. Além disso, os juristas internacionais desenvolveram a doutrina de que uma chamada cláusula *rebus sic stantibus* estaria implícita em todo tratado, isto é, que as obrigações de um tratado só teriam eficácia, frente ao direito internacional, na medida em que as condições que prevaleciam à época da conclusão do tratado continuassem. Argumentos desta natureza e de outras também levaram ao rompimento de Tratados, como o de Versailles, em 1935, tendo Hitler como razão “a moral eterna”. De maneira geral, as violações de tratados tiveram, no período sua justificativa centrada no entendimento de que a moral internacional fora violada.

O tratado de Versailles é exemplar deste tipo, uma vez que foi assinado sob pressão de ultimato. A propaganda alemã divulgou este tratado como uma imposição sem validade moral. A propósito disto, enuncia Carr (2001, p. 243):

Na medida, portanto, em que se reconheça qualquer tipo de guerra como moral, tratados concluídos sob coação não podem ser incondicionalmente condenados como imorais. As objeções morais mais freqüentemente feitas ao tratado de Versailles parecem, de fato, ter sido baseadas não tanto em sua assinatura sob coação como na severidade de seu conteúdo, e no fato de que os governos aliados, invertendo o processo seguido em todas as conferências de paz importantes até, e inclusive, a de Brest-Litovsk, recusaram-se a manter negociações orais com os plenipotenciários das potências derrotadas. Este ato de insensatez desacreditou o tratado mais do que o ultimatum que precedeu sua assinatura.

Em virtude do conteúdo de certos tratados, pode-se argumentar a sua não-validade devido a seu conteúdo. O maior obstáculo que este tipo de argumento encontra corresponde à ausência de qualquer regra no direito internacional correspondente à regra do direito nacional que invalide contratos “imorais” ou “contrários à política pública”.

Um argumento realista no sentido de que os tratados são instrumentos opressivos, divorciados da ética é o de que os tratados são uma arma suada pelas potências mais fortes para subordinar as nações mais fracas. O historiador britânico assim se coloca sobre o tema (CARR, 2001: p. 248):

De todas as considerações que tornam improvável a observância da regra legal da inviolabilidade dos tratados, e que apresentam uma justificativa moral plausível para denúncia dos tratados, esta última é, de longe, a mais importante. O respeito pelo direito internacional e pela inviolabilidade dos tratados não aumentará em virtude dos sermões dos que, tendo muito a ganhar com a manutenção da ordem existente, insistem mais firmemente no caráter moralmente obrigatório do direito. O respeito pelo direito e pelos tratados só será mantido na medida em que o direito reconheça mecanismos políticos eficazes através dos quais ele se possa modificar e superar. Deve haver um reconhecimento claro deste jogo de forças políticas que antecede todo o direito. Somente quando estas forças estão em equilíbrio pode o direito cumprir sua função social, sem se tornar uma ferramenta nas mãos dos defensores do status quo. Atingir esse equilíbrio não é uma tarefa legal, e sim política.

Em que pese a existência de uma Corte Permanente de Arbitragem instituída em Haia em 1899 e a Corte Permanente de Justiça Internacional da Liga das Nações, o direito internacional não reconhece, para a solução de litígios, nenhuma jurisdição compulsória. A maioria dos acordos no âmbito internacional que envolviam litígios até o século dezenove foram feitos ad hoc. Isto é, para uma finalidade específica sem uma lógica mais ampla que apontasse para um núcleo comum de princípios e mecanismos de solução de controvérsias.

Levando em conta que não é a natureza do direito de um litígio específico que o torna impróprio para a solução judiciária, mas sim a ausência de interesse de um estado em vê-lo resolvido através da aplicação do direito. Diante disto, o problema que se coloca é o seguinte: por que os estados desejam submeter à solução judiciária apenas certos tipos de litígios, e por

que encontram tanta dificuldade em definir, em termos claros, que tipo de litígios desejam submeter? O trecho abaixo do nosso autor responde à indagação anterior (CARR, 2001: p 252-253):

Deve-se procurar a resposta a esta pergunta na relação necessária do direito com a política. A solução judiciária de litígios pressupõe a existência do direito internacional e o reconhecimento deste como obrigatório; e o acordo que cria o direito internacional e o considera obrigatório é um fato político. A aplicabilidade do procedimento judiciário depende, por conseguinte, de acordo político explícito ou implícito. Nas relações internacionais, o acordo político tende a se restringir às esferas que não afetam a segurança e a existência do estado e é primordialmente nessas esferas que a solução judiciária dos litígios é eficaz. A maioria das questões internacionais que, no passado, foram solucionadas por arbitramento ou por algum outro procedimento legal, em regiões remotas ou habitadas de forma esparsa. A exclusão, nos tratados de arbitragem celebrados antes de 1914, de disputas que afetassem 'interesses vitais', 'independência' ou 'honra nacional' significava precisamente a exclusão das matérias sobre as quais o acordo político não poderia ser atingido. Nas situações em que o desacordo político ameaçasse, a arbitragem era reconhecida como impraticável. Veremos em breve que o que é virtualmente a mesma reserva foi mantido nos subseqüentes acordos para arbitragem ou solução judiciária, sob a forma da exclusão, desses acordos, de questões que pusessem em perigo a inviolabilidade dos tratados ou dos direitos legais existentes.

Não se pode cair na confusão colocada na época entre “solução judiciária”, que implica o veredito de uma corte regularmente constituída, e arbitragem, que significa o veredito de um tribunal ou juiz escolhido ad hoc. Esta confusão foi estabelecida pela Corte Permanente de Justiça Internacional do Pacto da Liga. Para qualquer solução para o problema da ordem legal internacional, não se pode ignorar a base da política do direito. Isto ocorreu na época a partir de teorias que buscavam estabelecer tribunais modelares “imparciais”, que pretendiam ignorar esta premissa prática.

Duas respostas podem ser colocadas ao questionamento da inaplicabilidade do procedimento judicial aos litígios políticos:

1) O procedimento judiciário difere fundamentalmente do político ao excluir o fator poder. Uma vez submetido a uma corte, há o pressuposto de que qualquer diferença de poder entre as partes seja irrelevante, contrariamente ao que vige na política.

2) Pensar a existência de um tribunal internacional para decisão em termos de bom senso e equidade e não em termos de direito é impossível na prática, pois, não pode encontrar ponto de apoio em nenhum conceito pacífico em relação a equidade e bom senso.

Diante de tudo isto, o quão viável é a mudança pacífica? Na acepção do ex-membro do Partido Trabalhista Britânico (CARR, 2001 p. 268):

Toda demanda efetiva por mudança, como qualquer outra força política efetiva, se compõe de poder e moral; e o objetivo da mudança pacífica não pode ser expresso em termos de poder puro nem de moral pura. É bastante estéril, exceto como exercício acadêmico, discutir se o propósito de toda mudança deva ser o estabelecimento da 'justiça', pelo desagravo das queixas 'justas', ou a manutenção da 'paz', pela satisfação das forças que, caso contrário, se tornariam fortes o

suficiente para desencadear revolução ou guerra. Mas é perigoso supor que os dois objetivos são idênticos, e que não se requer o sacrifício de nenhum deles. Qualquer solução do problema da mudança política, seja nacional ou internacional, deve-se buscar um meio-termo entre moral e poder.

Efetivamente, somente o poder das grandes potências pode efetivar alguma reivindicação de um pequeno país. Parece ser ilusório propor uma solução para o problema nos moldes do advento de um superestado. Carr tenta traçar uma analogia entre o processo de mudanças que ocorre no interior dos países de maneira “pacífica” - recorrendo-se a greves e tendo a opinião pública posição contrária ao uso da violência - e algo semelhante no âmbito internacional. As ressalvas a esta formulação seriam no sentido de que tais freios não existem na política internacional porque, normalmente, a ameaça de guerra, tácita ou expressa, parece ser uma condição necessária para importantes mudanças políticas nesta esfera.

Embora seja possível realizar acordos cedendo à força e com um fundamento moral na aceitação de um padrão comum do que é justo e razoável na relação entre dois países, mais ou menos análogo ao que acontece entre duas partes em conflito no âmbito interno - o Acordo Anglo-Irlandês é o exemplo mencionado por Carr (2001: p 283-284) - a conclusão do autor desta parte ressalta a importância de que criar

meios de mudança pacífica é, portanto, o problema fundamental da moral e da política internacionais. Podemos descartar, como puramente utópicos e tolos, planos para um processo de mudança pacífica ditada por um poder legislativo ou uma corte mundial. Podemos descrever como utópico, no sentido correto (ou seja, desempenhando a função própria a uma utopia ao proclamar um ideal a ser realizado, embora não totalmente atingível), o desejo de eliminar o elemento de poder, e de basear o processo de barganha da mudança pacífica num sentimento comum do que seria justo e razoável. Mas também devemos ter em mente a visão realista da mudança pacífica como um ajustamento às relações de poder alteradas e uma vez que a parte que demonstra reunir a maior quantidade de poder normalmente sai vencedora de operações de mudança pacífica, devemos dar o máximo para nos aumentar nosso poder tanto quanto possível. Na prática, sabemos que só se pode conseguir a mudança pacífica através de um meio-termo entre a concepção utópica, de um sentimento comum do que é certo, e a concepção realista, de um ajustamento mecânico a um equilíbrio de forças alterado. Eis porque uma política externa bem-sucedida deve oscilar nos pólos aparentemente opostos da força e da conciliação.

Por fim, mas não menos importante, Carr discorre sobre a nova ordem internacional após a Segunda Guerra Mundial que se avizinhava como inevitável no momento da sua escrita e tecia seus prognósticos.

Carr aponta as tragédias da utopia de 1919, uma utopia vazia e sem substância. A primeira delas foi o seu colapso igminioso e o desespero que este colapso trouxe consigo.

A realidade, ao ser escamoteada por mais de cem anos pelos pensadores políticos da civilização ocidental, colocou algo que antes não se havia dado conta: o mundo da natureza, as brutalidades não restringem-se, como antes era pensado, aos conflitos entre povos não-civilizados e civilizados, mas sim nas relações entre povos civilizados. A relação entre o

totalitarismo e a crise não era de causa, mas de efeito e um dos sintomas da crise, encontrados em toda parte.

Duas doutrinas comprometeram a resolução do problema da moral mundial, sem reconciliar o bem da nação com o da comunidade mundial: o darwinismo social - retomado pelos nazistas e fascistas - que significava a vitória do mais forte à custa do inapto; e a tentativa - por parte dos países ocidentais - de uma nova moral internacional fundada no direito dos que a possuíam, tornando-se uma arma para interesses disfarçados buscando manter intocado o status quo.

A mudança do eixo dos conflitos é apontada por Carr como o principal motivo da importância da política internacional após 1919. Conforme o autor (CARR, 2001: p. 291-292):

o conflito entre os privilegiados e os não-privilegiados, entre os defensores da ordem existente e os revolucionários, que foi travado no século dezenove dentro das comunidades nacionais da Europa ocidental, foi transferido, no século vinte, para a comunidade internacional. A nação se tornou, mais do que nunca, a unidade suprema, em tomo da qual, se centraram as reivindicações humanas por igualdade e as ambições humanas por domínio. Em toda parte na Europa, surgiram governos nacionais e estados de partido único e onde as questões partidárias sobreviveram, eram consideradas como algo fora de moda e deplorável uma nódoa na unidade nacional que se exigia fosse apagada. A desigualdade que ameaçou uma convulsão mundial não foi a desigualdade entre indivíduos, nem a desigualdade entre classes, mas sim a desigualdade entre nações. "Assim como a desigualdade de riqueza e de oportunidades entre as classes freqüentemente leva a revoluções", dizia Mussolini, "calcula-se que uma desigualdade similar entre as nações, se não for corrigida pacificamente, leva a explosões de caráter muito mais grave". A nova harmonia que se reivindicava não era (como os filósofos do *laissez-faire* presumiam) uma harmonia entre indivíduos, nem (como Marx presumia quando negou a possibilidade de sua realização) uma harmonia entre as classes, mas sim uma harmonia entre as nações. Hoje em dia não precisamos comentar o erro, semelhante ao que Marx cometeu sobre a classe social, de tratar a nação como a unidade grupal suprema da sociedade humana. Não precisamos parar para perguntar se ela é o melhor ou o pior tipo de unidade para servir de foco do poder político. Mas somos obrigados a nos perguntar se, e se assim for, por que outra coisa, ela deverá ser substituída. As especulações acerca deste assunto naturalmente tendem a duas questões:

- a) as maiores e mais abrangentes unidades de poder político no mundo possuem necessariamente um caráter territorial?
- b) se assim for, continuarão a manter aproximadamente o aspecto do Estado-nação contemporâneo?

A primeira pergunta requer uma resposta não dogmática, uma vez que não há resposta única para todos os períodos da história, tampouco presumir que o caráter da unidade territorial é permanente na história. Poderia haver um novo arranjo, um novo conjunto de relações grupais no nível das relações internacionais.

Em relação à segunda pergunta, há a constatação de que existe uma tendência à integração e formação de unidades políticas e econômicas ainda maiores, como os grupos regionais liderados por Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, União Soviética, Japão.

Soma-se a isto, a tendência de complexificação do conceito de soberania no futuro, com a crescente distinção acerca deste ao dividi-lo, por exemplo, em soberania interna, externa, política, econômica ou legal.

Tentar ignorar o poder como fator decisivo em qualquer situação política é utópico. Deve ser levado em conta a ascensão e posições hegemônicas dos Estados Unidos desde o fim da Primeira Guerra. Também deve ser considerada a busca de uma parceria hegemônica em níveis comercial, marítimo e militar entre Estados Unidos e Inglaterra em meados deste período.

Entretanto, Carr enfatiza também o contraponto. É irreal o realismo ignorar o elemento moral em qualquer ordem mundial (CARR, 2001: p. 301-302):

Se é, contudo, utópico ignorar o elemento poder, é uma forma irreal de realismo o que ignora o elemento moral em qualquer ordem mundial. Assim como dentro do estado todo governo, embora necessite do poder como base de sua autoridade, também precisa da base moral do consentimento dos governados. Uma ordem internacional não pode se basear apenas no poder, pela simples razão de que a humanidade, a longo prazo, sempre se revoltará contra o poder puro. Qualquer ordem internacional pressupõe uma dose substancial de consentimento geral. Não obstante, nos condenaremos ao desapontamento se exagerarmos o papel que a moral deve desempenhar. O inevitável dualismo da política sempre manterá considerações de moral ligadas a considerações de poder. Jamais atingiremos uma ordem política em que as queixas do fraco e da minoria recebam a mesma atenção pronta do que as queixas do forte e da maioria. O poder tem grande capacidade para criar a moral conveniente para si, e a coerção é uma fonte frutífera de consentimento. Mas após terem sido feitas todas essas reservas, permanece verdade que uma nova ordem e uma nova harmonia internacionais só podem ser construídas tendo por base uma ascendência geralmente aceita como tolerante e não-opressiva ou, pelo menos, como preferível a qualquer alternativa praticável. Criar essas condições é a tarefa moral da potência ou potências preponderantes. O argumento moral mais eficaz que poderia ser usado em favor de uma hegemonia mundial britânica ou americana, mais do que uma hegemonia alemã ou japonesa, era o de que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, aproveitando uma longa tradição e algumas lições duras do passado, no total aprenderam, com maior sucesso do que Alemanha e Japão, a importância capital de sua tarefa. A crença na existência do desejo de buscar o consentimento dos governados, por outros métodos que não os da coerção, de fato desempenhou um papel maior na administração britânica e americana de territórios dominados do que na alemã ou japonesa. A crença na utilidade da conciliação, mesmo ao lidar com aqueles contra quem teria sido mais fácil usar a força, desempenhou, no passado, um papel maior na política externa britânica e americana do que na alemã ou japonesa. Que qualquer superioridade moral que isto possa significar seja primordialmente produto de um longo e seguro gozo de poder superior não altera o fato, embora esta consideração possa bem afetar o apelo do argumento para alemães e japoneses, e expor os britânicos e americanos à acusação de farisaísmo quando estes o invocarem.

### **3. A GUERRA DA COREIA**

Esta parte consistirá de três subseções, cada qual tratando respectivamente dos antecedentes e início da guerra, seu desenrolar e seu final.



### 3.1. O Caminho para a Guerra

O embate entre os Estados Unidos e a União Soviética, que inicialmente trabalharam em conjunto no território coreano – embora cada um com sua intenção –, começa alguns anos antes do marco inicial da Guerra da Coreia. Segundo Hannings (2007), embora a Coreia não tenha sido objeto de disputa durante a II Guerra Mundial, ela passou a ter grande importância nos anos seguintes para o comunismo, que agora tinha o objetivo de manter a Ásia sob seu comando e Stalin não media forças quando se dedicava a assuntos relacionados àquele continente. Enquanto isso, os Aliados, principalmente os Estados Unidos, focavam-se na situação pós-Guerra que a Europa enfrentava.

Até o momento da Segunda Guerra Mundial, a península coreana esteve sob o domínio japonês, que ali estava desde 1910. Durante os trinta e cinco anos como colônia japonesa, o país sofreu com a presença nipônica em seu território. O Japão fez da Coreia não somente uma colônia, mas uma extensão de seu território, uma vez que se fazia presente no país não só fisicamente, mas também culturalmente, fazendo com que a península absorvesse seu idioma, nomes e até mesmo religião. Segundo Goldstein e Maihafer (2000), tal opressão só fez com que o sentimento de busca pela liberdade somente crescesse entre os coreanos. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

A questão da Coreia chegara a ficar em pauta em grandes conferências relacionadas ao desfecho da II Guerra Mundial. A liberdade e independência do país é mencionada na Declaração do Cairo de 1943 feita pelos Aliados na qual foi discutido a respeito da rendição do Japão. A declaração dava notícia (apud GOLSTEIN; MAIHAFER, 2000) de que:

o Japão também será expulso de todos os outros territórios que tomou através de violência e ganância. As três grandes potências supracitadas [os três grandes aliados], conscientes da escravização do povo da Coreia, estão determinadas de que durante este percurso a Coreia deve se tornar livre e independente.<sup>9</sup>

Dessa forma, seria através da derrota do Japão que os aliados libertariam os demais territórios dominados pelo Japão. O plano era atacar um, mas conquistar o todo. Tal objetivo fora alcançado com as duas bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki pelos Estados Unidos em 1945. O feito não resultou somente na rendição do Japão, mas também na entrada da União Soviética no contexto.

---

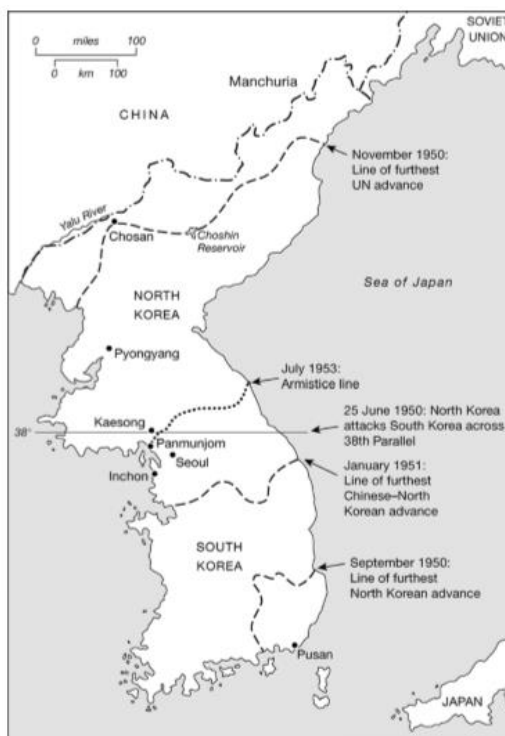
<sup>9</sup> Doravante todas as traduções aqui apresentadas serão de nossa autoria, contemplando o original em nota de rodapé. O trecho reproduzido tem a seguinte escrita original “Japan will also be expelled from all other territories which she has taken by violence and greed. The aforesaid three great powers, mindful of the enslavement of the people of Korea, are determined that in due course Korea shall become free and independent”.

Os soviéticos declararam guerra ao Japão logo após o lançamento das bombas e enviaram tropas à Coreia com intuito de facilitar a rendição das tropas japonesas que ali estavam. Vale lembrar o valor que a península coreana já tinha a União Soviética, já que se apresentava como um território bastante estratégico para o país. Neste momento, os soviéticos passam a trabalhar em conjunto com os aliados, devido ao seu inimigo em comum. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

O objetivo agora seria o de instaurar aquilo que a Coreia havia perdido há trinta e cinco anos: a sua independência. Tratava-se de tentar trazer de volta a sua autodeterminação – totalmente destruída pela presença japonesa. A Coreia já se encontrava devastada e seu povo almejava a liberdade.

Dessa forma, para alcançar este objetivo, ficou acordado, de maneira praticamente casual, entre os Estados Unidos e a União Soviética que a península seria dividida em zonas norte e sul através do paralelo 38, que corta o país praticamente ao meio (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000). As tropas soviéticas chegaram ao país já em agosto, enquanto as estadunidenses foram enviadas somente em setembro. Novamente o território da península coreana encontrava-se ocupado. O objetivo era que fosse temporário, mas ainda assim, segundo Goldstein e Maihafer (2000) “estava ocupado militarmente por duas nações estrangeiras com objetivos diferentes e conflituosos entre si”.

Mapa 1 – A Península Coreana



(Fonte: HANNINGS, 2007)

É dito – e visto pelo decorrer do tempo – que a cooperação entre as duas nações não fora das melhores. Tratava-se de uma aliança feita e mantida somente por inimigos em comum. Entretanto, o nazismo havia chegado ao fim, o Japão já havia se rendido, logo o elo feito já não havia muitas razões para existir (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000). Sob a ótica de Carr, as condições para uma política ineficiente se dão também na medida em que a autodeterminação e consenso se tornam uma moderação para a perspectiva congruente de poder, ponto não observado na excessiva ingerência das superpotências na península coreana. Ou seja, o excesso de realismo. Nenhuma política eficiente se sustenta em uma feição puramente relacionável ao poder ou à moral ou ética e direito internacional (CARR, 2001).

Para coordenar como seriam as suas ações no território da Coreia, reuniram-se em março de 1946 a fim de tratar detalhes do governo provisório. No ano seguinte, há outra tentativa de uma conciliação de ideias, mas em ambos os anos o plano falha. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000). Assim, os Estados Unidos acionam a Organização das Nações Unidas obter assistência acerca do assunto. Cria-se, através da resolução 112 (II) da Assembleia Geral, a Comissão Temporária das Nações Unidas sobre a Coreia<sup>10</sup> (1947-1948) para promover eleições livres e abertas com a supervisão da ONU, bem como para dar assistência na desocupação das tropas das Grandes Potências no território coreano. (CANADÁ, 2008)

Apesar de sua ação ter sido aprovada em Assembleia Geral, a Comissão Temporária foi barrada na Coreia do Norte pelos soviéticos. Assim, as eleições ocorreram somente em no sul da península e o presidente eleito foi considerado como único governante legítimo da Coreia. (CANADÁ, 2008)

O fato dos soviéticos não permitirem a entrada e a realização da eleição na parte norte da península, somente demonstra a postura inflexível que a Coreia do Norte adotou desde o início do reestabelecimento da liberdade nos países. Nota-se aqui que a ideia de reunificação das partes já demonstra ser algo distante a ser alcançado. As ideias divergentes entre as potências aparecem como problema. Principalmente quando somente o lado sul tem seu governo reconhecido. Ainda assim, a reunificação da Coreia continua sendo pauta dentro da Assembleia Geral da ONU.

Com a eleição de Syngma Rhee em agosto de 1948, estabelece-se no país o governo da República da Coreia<sup>11</sup>. No mês seguinte, a Coreia do Norte ganha um representante

---

<sup>10</sup> United Nations Temporary Commission on Korea (UNTCOK)

<sup>11</sup> Doravante, será chamada ROK em função das iniciais em inglês de *Republic of Korea*, tal como ocorre na literatura de apoio à pesquisa aqui utilizada.

comunista como presidente da República Democrática Popular da Coreia<sup>12</sup>. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000). Neste contexto, em dezembro do mesmo a Assembleia Geral através da Resolução 195 (III) incentiva a desocupação do território coreano pelas tropas dos Estados Unidos e da União Soviética criando a Comissão das Nações Unidas sobre a Coreia<sup>13</sup>, em conformidade com a Resolução 195 (III) de 12 de dezembro de 1948:

como um meio para a plena realização dos objectives estabelecidas na resolução de 14 de Novembro de 1947, a Comissão sobre a Coreia [...] deve ser estabelecido para continuar o trabalho de Temporária Commission nd execução das disposições da presente resolução, tendo em conta o estatuto de Governo da Coreia como aqui definido, e em particular: a) Empréstimo seus bons ofícios para trazer a unificação da Coreia e a integração de todas as forças de segurança da Coreia, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Assembléia Geral na resolução de 14 de novembro de 1947; b) procurar facilitar a supressão dos obstáculos à relação de amizade económica, social e outras causadas pela divisão da Coreia; c) Estar disponível para observação e consulta no desenvolvimento do governo representativo baseado na vontade livremente expressa do povo; d) Observar a retirada efetiva das forças de ocupação e verificar quando o fato da retirada tiver ocorrido; e para esse efeito, se assim o desejar, solicitar a assistência de peritos militares dos dois ocupantes<sup>14</sup>. (UNITED NATIONS, 1948: p. 26)

Percebe-se como a intenção de reunificação da Coreia ainda existe mesmo com a dificuldade de negociação entre as potências. Trata-se de uma das características utópicas da Guerra da Coreia: a proposição de uma unificação sem qualquer base material que a sustentasse. Sob a perspectiva dos escritos de Carr, nota-se que trata-se de um pensamento que objetiva algo que dificilmente poderia ser cumprido e que não tem a realidade dos fatos: os Estados Unidos e a União Soviética, as potências que estavam guiando as partes divididas, já vinham “trocando alfinetadas” e que ambas as Coreias poderiam se ver como inimigas uma vez que a existência de uma automaticamente anulava a outra e dificultava uma possível legitimação total na península. O fato de que somente a Coreia do Sul teve o seu governo reconhecido pela ONU em outubro de 1949, através de resolução 293 (IV) da Assembleia Geral, teve um forte impacto nas relações entre as partes Sul e Norte – e consequentemente, nas relações, já complicadas, entre os Estados Unidos e a URSS.

---

<sup>12</sup> Tal como a sigla em inglês usada na literature pertinente para *Democratic People's Republic of Korea* (DPRK), a ser usada doravante para referir-se ao Partido da República Democrática Popular da Coreia.

<sup>13</sup> United Nations Commission on Korea (UNCOK)

<sup>14</sup> No original: “as a means to the full accomplishment of the objectives set forth in the resolution of 14 November 1947, a Commission on Korea [...] shall be established to continue the work of the Temporary Commission and carry out the provisions of the present resolution, having in mind the status of Government of Korea as herein defined, and in particular to: a) Lend its good offices to bring about the unification of Korea and the integration of all Korean security forces in accordance with the principles laid down by the General Assembly in the resolution of 14 November 1947; b) Seek to facilitate the removal of barriers to economic, social and other friendly intercourse caused by the division of Korea; c) Be available for observation and consultation in the further development of representative government based on the freely-expressed will of the people; d) Observe the actual withdrawal of the occupying forces and verify the fact of withdrawal when such has occurred; and for this purpose, if it so desires, request the assistance of military experts of the two occupying”.

Em cada parte do território, um tipo de governo havia sido instaurado em 1948. De um lado, um governo com fortes características estadunidenses e de outro, um governo comunista. Um oposto ao outro, entretanto a ONU demonstrou de maneira clara através de suas resoluções da Assembleia Geral as suas intenções sobre a reunificação dos territórios e a superação de todas as barreiras criadas pela divisão da Coreia.

Em oposição a tal pensamento utopista, temos a criação dos exércitos dos novos governos. Mesmo com as tropas americanas deixando o território coreano em julho de 1949, eles mantiveram um grupo, o Consultivo Militar da Coreia<sup>15</sup> que auxiliaria a República da Coreia a criar o seu próprio exército, enquanto a República Democrática Popular da Coreia organiza o seu exército, o Exército Popular Norte-Coreano<sup>16</sup> com o auxílio dos soviéticos, resultando num exército bastante poderoso. É com este exército que Kim Il Sung começa a traçar o plano de conquistar o lado sul da península e unificá-la militarmente. Com o apoio de seus aliados, Stalin e Mao Tse-tung – a Coreia do Norte recebeu o apoio da China em fevereiro de 1950 –, Kim ordena que armas sejam posicionadas no paralelo 38. Imaginando que os Estados Unidos jamais iriam intervir nos assuntos coreanos novamente, a Coreia do Norte ataca a Coreia do Sul na manhã de domingo de 25 de junho. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000).

Retomemos a hipótese da pesquisa: é possível caracterizar as origens, desenrolar e dificuldades do desfecho do conflito na península coreana como associadas ao excesso de realismo por parte das duas superpotências no contexto da Guerra Fria.

### **3.2. O início da Guerra**

Pegando tanto o exército da ROK de surpresa quanto os conselheiros militares americanos, os sul-coreanos puderam se defender durante um tempo. Porém, os Estados Unidos tomam a decisão de acionar o Conselho de Segurança, recomendando que os “membros das ONU providenciassem alguma ajuda a ROK por ser necessário repelir o ataque armado e restaurar a paz internacional e a segurança na região” (apud GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000).

O Conselho de Segurança, ainda em 25 de junho, através da Resolução 82 (apud GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000):

---

<sup>15</sup> Korean Military Advisory Group, doravante KMAG.

<sup>16</sup> North Korean People's Army, doravante NKPA.

determina que esta ação, representa um ruptura da paz; [...] - Apela à cessação imediata das hostilidades; insta as autoridades da Coreia do Norte de se retirar imediatamente as suas forças armadas ao paralelo 38<sup>17</sup>.

Assim o referido Conselho estava reconhecendo o ataque feito pela Coreia do Norte contra a Coreia do Sul e convocando o apoio dos demais membros das Nações Unidas.

Entretanto, mesmo com a determinação do Conselho de Segurança, a Coreia do Norte continuou os seus ataques, ignorando as recomendações da ONU, o que implicou em novas Resoluções: a 83 em que se é reconhecido o ataque da Coreia do Norte como violação de paz, o que capacita a ONU a apoiar uma intervenção militar, e a 84 em que se reconhece o suporte dado pelos Estados Unidos à resolução 82 e 83 e em que o Conselho:

Recomenda que todos os membros que fornecem forças militares e outras formas de assistência de acordo com as supracitadas resoluções do Conselho de Segurança possibilitem que tais forças e outros tipos de assistência estejam disponíveis para um comando unificado sob os Estados Unidos da América (apud GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)<sup>18</sup>.

Estavam assim reconhecendo os Estados Unidos não só como representante da ONU na luta contra a Coreia do Norte, bem como o comando de tais forças, encabeçado pelo general Douglas MacArthur, nomeado pelo presidente Harry S. Truman; e também:

Autoriza o comando unificado, a seu critério para usar a bandeira das Nações Unidas no decurso de operações contra as forças norte-coreanas em simultâneo com as bandeiras dos vários países participantes (apud GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)<sup>19</sup>

Legitimando ainda mais a ação contra a Coreia do Norte.

Em consonância com a hipótese de pesquisa apresentada, ainda no tocante à Resolução 83. A Resolução em questão autorizou os Estados Unidos e seus aliados a uma intervenção militar para por fim ao conflito. Tal resolução teve em sua votação a ausência da União Soviética por não concordar com a presença do representante chinês indicado pelo governo de Taipé. Tal governo era contrário àquele estabelecido em Pequim, este sim aliado dos soviéticos. Mais uma perspectiva exemplificadora que a ação diplomática até então representava uma primazia pura e simples da posição norte-americana, característica de um excessivo e congruente realismo que não buscava uma composição mais equânime com a

---

<sup>17</sup> Assim escrita no original: “determines that this action constitutes a breach of the Peace; [...] – calls for the immediate cessation of hostilities; calls upon the authorities in North Korea to withdraw forthwith their armed forces to the 38th parallel”.

<sup>18</sup> Assim escrita no original: “recommends that all Members providing military forces and other assistance pursuant to the aforesaid Security Council resolutions make such forces and other assistance available to a unified command under the United States of America”.

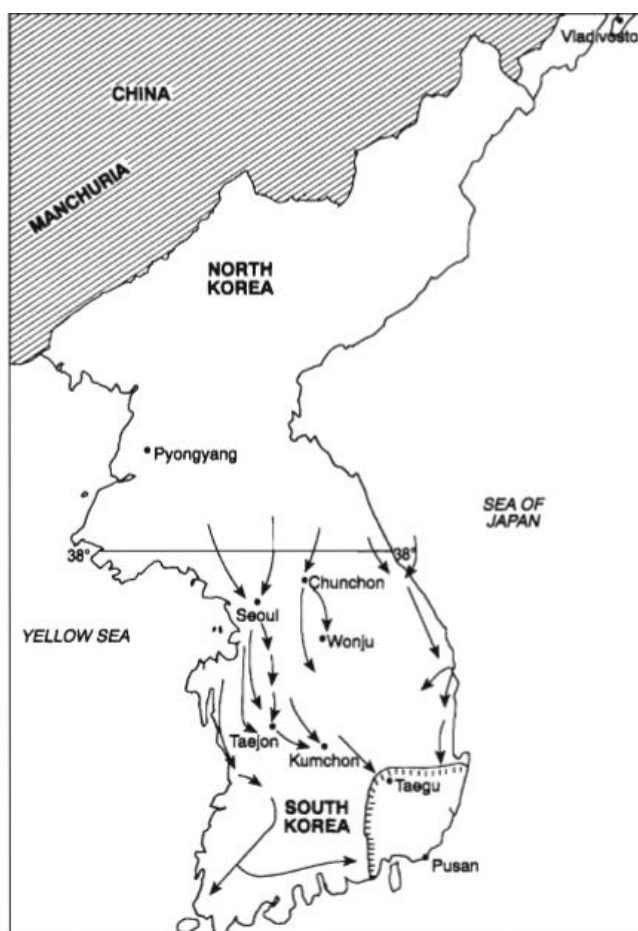
<sup>19</sup> No original: “authorizes the unified command at its discretion to use the United Nations flag in the course of operations against North Korean forces concurrently with the flags of the various nations participating”.

União Soviética. Esta, por sua vez, também adotou postura realista exagerada ao apoiar o recurso à força dos norte-coreanos que deu início ao estado de beligerância.

Agora não se falava mais sobre a reunificação do país, mas sim no combate às forças norte-coreanas. A luta é traçada entre o exército da Coreia do Norte, que já no dia 28 de junho tinham tomado uma cidade bastante próxima a Seoul, e o Comando das Nações Unidas, que aos poucos chegariam ao território coreano, juntamente com o exército da ROK. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

O exército da ROK continua resistindo aos ataques enquanto o Comando das Nações Unidas iam se posicionando de maneira estratégica começando em Seoul e indo rumo ao sul, passando por Pyongtaek, Chochiwon, Taejon, Taegu e terminando em Pusan. Entretanto, os ataques da Coreia do Norte se mantinham fortes e com bastante sucesso, fazendo com que ganhassem espaço no sul da península.

Mapa 2 – Perímetro de Pusan



(Fonte: GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

Os ataques norte-coreanos passaram a ser mais intensos. Por onde passavam matavam muita gente fossem estes civis ou militares. As tropas da ONU chegaram a somente lutar por suas vidas, sem nem poder conseguir traças estratégias muito grandes. A NKPA atacava em

direção a Pusan, fazendo com que em agosto de 1950 ocorresse uma das importantes batalhas da Guerra da Coreia: a Batalha no Perímetro de Pusan. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

Nesta região, o comando da ONU se organizava desde julho construindo uma linha de defesa e que apostavam ser uma última tentativa de resistência à Coreia do Norte. Para o General Walker, comandante do Oitavo Exército, tratava-se de uma situação de “lutar ou morrer”. Ele dizia que:

Uma retirada para Pusan seria um dos o banho de sangue greastest na história americana. Temos de lutar até o fim ... Se alguns de nós tem de morrer, vamos morrer lutando juntos. Qualquer homem que está em pé pode ser pessoalmente responsável pela morte de milhares de seus companheiros ... Quero que todos entendam que nós estamos indo para manter esta linha. Estamos indo para ganhar (apud GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000: p. 40)<sup>20</sup>.

O apelo de Walton Walker demonstra o lado realista da Guerra. Os soldados teriam que obedecer a ordem de “stand or die” dada por ele. Naquele momento, o que mais parecia importar era lutar, seja lá se fosse para se defender ou para atacar. As tropas norte-coreanas já haviam tomado tanto conta do território sul que mal se sabia o que é que iria ser feito. A estratégia dessa vez seria somente sobreviver.

As tropas norte-coreanas aguentaram a luta firmemente até meados de setembro, batendo em retirada ao perder grande parte de seus homens por conta a batalha intensa. Agora, as tropas da ONU estavam em vantagem, pois conseguiram manter o perímetro de Pusan e garantiam o abastecimento de suprimentos e a chegada de novas tropas, que seriam de muita importância no decorrer de outras batalhas. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

Outra batalha bastante importante na Guerra da Coreia é a Batalha de Inchon, cidade que fica ao oeste da península, próxima à Seoul. Ela é tida como um das mais memoráveis operações na história militar dos Estados Unidos, uma operação de desembarque de tropas que fora comandada por Douglas MacArthur que acompanhava somente de longe o evento. Para o ataque, MacArthur tinha um grande plano que envolveria as fronteiras da Coreia do Norte com a China e com a URSS, porém, devido aos esforços que foram feitos no perímetro de Pusan, não se tinha tropas o suficiente para tal operação. Ainda assim, a invasão de Inchon foi grande e durou cerca de dois dias para ser dominada. É através dessa invasão que a Coreia do Sul garante o seu acesso à Seoul pelo rio Han. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

Com a capital de volta em seu poder, agora os líderes da Coreia do Sul tinham que decidir se declaravam vitória e ficavam no paralelo 38 ou se atravessavam a fronteira com o

---

<sup>20</sup> No original: “a retreat to Pusan would be one of the greastest bloodbath in American history. We must fight until the end... If some of us must die, we will die fighting together. Any man who gives ground may be personally responsible for the death of thousands of his comrades... I want everybody to understand that we are going to hold this line. We are going to win”



objetivo unificar a Coreia. A questão era: cruzar ou não o paralelo 38? Após analisar o contexto e reconhecer que as forças da NKPA deveriam ser contidas, a ONU, em 7 de outubro de 1951, através da resolução 376 (V), autorizou MacArthur a atravessar a fronteira e dois dias após, as forças da ROK atacaram o paralelo 38. Além da reunificação do país, essa resolução previa novas eleições – uma vez que a primeira tentativa não foi bem sucedida na Coreia do Norte – a fim de garantir que o país tivesse um governo democrático bem como dar fim a ação das forças da ONU no território coreano. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

A autorização dada pela ONU para a Coreia do Sul de atravessar o paralelo 38 demonstra como o realismo tomou conta das ações naquele período. Já não se tratava mais de simplesmente estabelecer as fronteiras, queriam a unificação a todo modo, mesmo que para isso fosse necessária a guerra. Aqui, o discurso da ONU perde seu caráter utópico e passa a ser mais agressivo. Novamente, faltou uma política equilibrada: a opção do Comando da ONU ignora uma composição militar e diplomática e lança as bases para um recrudescimento maior do conflito, não somente com o Norte, mas também com a China e a URSS.

Com os ataques ao Norte do paralelo 38, a China pareceu desejar intervir na Guerra. Isto causou certa preocupação nos Estados Unidos, que temiam que com isso a Guerra da Coreia se tornasse uma Guerra Mundial, porém, o General MacArthur desdenhava da possibilidade da intervenção chinesa. Esta, entretanto, ocorreu e pegou os estadunidenses de surpresa, nas proximidades do rio Yalu na região da Coreia do Norte.

Até então, as contas eram positivas para o Comando da ONU. Em outubro já eram mais de 350 mil soldados. A ajuda vinha de diversos países como a Austrália, a Filipinas, a Grã-Bretanha e até mesmo a Turquia. Ainda assim, o NKPA resistia e logo contariam com as forças chinesas. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

Em 19 de outubro, a capital norte-coreana foi capturada pela ROK e pelos Estados Unidos. Entretanto, assim que os sul-coreanos lá chegaram não encontraram os soldados e os oficiais do lado norte. Todos já haviam evacuado a cidade. Além disso, a cidade de Sinuiju, que fica oposta a cidade chinesa Antung, foi escolhida como nova capital da Coreia do Norte. O apoio das Forças Comunistas Chinesas<sup>21</sup> ficou evidente quando estes deram sua primeira ofensiva. Os americanos, que acreditavam que a guerra estava chegando ao fim com a conquista do lado norte da península, custaram a acreditar no que ocorria. Isso somente demonstrava o quão forte era a aliança entre a Coreia do Norte e a China, principalmente por

---

<sup>21</sup> Chinese Communist Forces, conforme a literatura secundária a que se recorre para esta pesquisa. Doravante, serão designadas pelas iniciais em ingles, CCF.

conta de sua aproximação política. Nesse momento, há um alerta em relação ao uso de armas nucleares, porém Truman se negava a recorrer a este tipo de armamento (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000).

### **3.3. O início do fim**

Com o combate das Forças Chinesas ao Comando da ONU, estes se viram despreparados e logo se enfraqueceram e a linha de frente formada em Seoul também havia sido abalada. O General Ridgway chega a dar a ordem de bater em retirada, abandonando novamente a capital da Coreia do Sul. A partir desse momento, diversas pequenas batalhas são traçadas através dos pontos estratégicos da região, fazendo com que Seoul e a região do paralelo 38 ficasse ora sob o controle do lado sul, ora sob o controle do lado norte. Lutava-se, particularmente, pelo o que era conhecido como triângulo de ferro, que eram as cidades de Chorwon, Pyongyang e Kumhwa. A esta altura, Washington tinha a certeza de que almejar conquistar todo o lado norte da península era um grande erro, afinal, a Coreia do Norte tinha grandes aliados e a tomada do território poderia desencadear uma guerra com a China ou com a União Soviética. Portanto, o objetivo era defender e manter a linha de frente. As forças armadas já estavam se cansando. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

A postura de MacArthur também já não estava agradando o presidente estadunidense. Há meses os seus comandos o irritavam, afinal, MacArthur concordava com o uso de armas nucleares naquela guerra. Em Março de 1951, MacArthur fez uma declaração pública a China provocando-os, alegando que caso não negociassem o fim da guerra, o Comando da ONU não se importaria em fazer uma visita às terras chinesas e que isto possivelmente levaria o regime chinês ao colapso. Com esta conduta, Truman substituiu o General Douglas MacArthur pelo General Matthew Ridgway, que estava comandando o Oitavo Exército, e sua mudança causou certo tumulto entre os soldados. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000) A situação se demonstrava como um desafio para Ridgway, que agora tinha que lidar com as grandes ofensivas feitas pela CCF. A posição favorável e insistente de MacArthur de recurso a este tipo de armamento levou à sua exoneração por Truman do Comando do Corpo Expedicionário da ONU em 11 de abril de 1950. Novamente, a pauta do excessivo realismo na forma de uma possível Terceira Guerra Mundial (agora nuclear) estava em questão como tônica do conflito.

Em abril, mais um ataque em massa vindo da CCF. Foram 250 mil homens em 27 divisões que atacaram uma das linhas da ONU há 40 milhas ao norte de Seoul. Van Fleet, o novo comandante do Oitavo Exército, convocou seu batalhão descrevendo que este seria “o

mais marcante exemplo de bravura de uma unidade na guerra moderna”<sup>22</sup>. No mês seguinte, a CCF não desistiu e atacou em massa novamente, dessa vez junto a NKPA. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

Essa situação de ofensiva e contraofensiva durou até o mês de junho de 1951 na região do triângulo de ferro. As forças armadas tanto as da ONU quanto as comunistas já não viam motivos para ali estar e seus líderes reconheciam isso. Esta Guerra não chegaria ao fim tão cedo e só causaria perdas. Ela já estava se tornando cara e até a China sentira isso, dessa forma, se demonstravam mais receptivos a negociações. Assim, ainda no mês de junho, Trygve Lie, secretário geral das Nações Unidas proferiu uma oferta de negociação para a paz. Logo, o delegado soviético Jacob Malik propôs o cessar fogo e Ridgway convocou uma discussão entre os chefes da NKPA e da CCF com o objetivo da criação de um armistício. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

Era claro que tais reuniões causariam seriam tumultuadas. As duas partes tinham opiniões totalmente opostas, demorariam até mesmo para construir a agenda. Além disso, o cessar fogo foi interrompido por conta da presença de soldados comunistas em regiões neutras. Após este episódio, as lutas retornaram só que com ritmo e intensidade diferente, ainda mais forte. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

As linhas se encontravam um tanto estabilizadas no início de 1952, porém haviam homens a morrer. Segundo Goldstein e Maihafer (2000), as situações nas linhas de frente eram similares as da Primeira Guerra Mundial. Os ataques agora tinham objetivos mais limitados e cada ganho tinha grande valor para a parte que o conquistou. Lutava-se por cada pedacinho existente. Ao mesmo tempo, tinham-se as negociações na cidade de Panmunjon na qual a intransigência soviética se fazia presente. Os representantes da ONU se viam na obrigação de encontrar meios para acabar o mais breve possível com as guerras, mas esta não era a postura dos comunistas. Estes não estavam com pressa porque usavam a Guerra a seu favor através da propaganda de seus ideais. Uma forma encontrada pelos generais Van Fleet e Ridgway era manter as lutas e os ataques durante as negociações – o que parecia ser certo para os comandantes, mas não para aqueles que estavam na luta. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

A maneira como o desenrolar das negociações – parte que pode ser intitulada como pertencente aos pensamentos utópicos, intelectuais –, que deveria ser em tese tranquila, leva a ações extremamente realistas, burocratas. Ao invés de manter o cessar fogo, poupar vidas e

---

<sup>22</sup> No original: “the most outstanding example of unit bravery in modern warfare”.

esforço, os comandantes optaram por fazer o contrário só para fazer pressão nos comunistas com o objetivo de apressar o fim da Guerra que eles mesmos já não estavam mantendo mais. Queriam curar o problema do realismo excessivo com mais realismo. Isso vai totalmente em oposição ao que Carr enxerga como ideal para uma política saudável e equilibrada. Demonstra, também, como a situação na Coreia há tempos já estava insustentável.

Nesse cenário, a ONU entra como uma espécie de moderadora, principalmente quando propõe o retorno de alguns dos prisioneiros de guerra, entretanto os norte-coreanos apresentam uma postura dura em relação ao tema, dizendo que todos os prisioneiros deveriam ser soltos. Além disso, algumas revoltas comunistas foram feitas em campos de concentração e surgiram acusações de que a ONU estava fazendo o uso de guerra bacteriológica para vencer a Guerra da Coreia. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000) Toda essa situação só dificultava e atrasava as negociações.

As negociações caminhavam devagar e novamente houve uma troca de comandantes pelos americanos. General Mark W. Clark substituiu Matthew Ridgway e sua estratégia é manter o foco nas forças armadas para manter a pressão no inimigo. Entretanto, devido à dificuldade de negociação com os norte-coreanos, houve uma pausa nas negociações até que os comunistas estivessem dispostos a aceitar os planos da ONU ou apresentassem um próprio. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

Em dezembro de 1952, o agora presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower fez uma visita à Coreia para entender o que ocorria no conflito e com isso algumas mudanças foram feitas nas forças americanas, inclusive mais uma mudança de um comandante no Oitavo Exército, nomeando Maxwell D. Taylor como novo líder. Este tivera que enfrentar um forte ataque chinês na região de Old Baldy, e Taylor sabendo da vontade de seu presidente, decidiu desistir da área ao invés de simplesmente contra-atacar. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

Após o episódio, uma trégua fora imposta entre as partes e esta durou até março de 1953. Em abril, teve-se a operação Little Switch, em que houve o retorno de prisioneiros doentes e feridos entre as partes. Ainda assim, a China atacou mais uma vez focados nas divisões da ROK, sendo este um dos últimos episódios da Guerra da Coreia. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

Em 10 de julho, após meses difíceis de negociações, as partes chegam a um acordo, assinando um cessar-fogo em 27 de julho de 1953 em Panmunjom, sendo o General Nam Il representando do Norte e o General Harrison representante do Comando da ONU aliados do lado sul da península. Tratava-se um armistício assinado sem vitória, nem para o Sul e nem para o Norte. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000)

Para encerrar, a Guerra, de agosto a setembro, tem-se a operação Big Switch em que o restante dos prisioneiros retornam a seus países. Foram mais de 12 mil homens retornando do lado norte para a Coreia do Sul, sendo 7.800 sul-coreanos, 1.300 do Comando da ONU e 3.500 americanos. Já do lado sul para o norte, o número foi ainda maior: mais de 75.800 homens estavam presos. Porém, deste número cerca de 22.000 homens recusaram ser repatriados. Segundo Goldstein e Maihafer (2000), isso pode ser considerado uma vitória para as forças democráticas em relação ao comunismo. (GOLDSTEIN; MAIHAFER, 2000).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O assim chamado “estado de guerra técnico” entre Norte e Sul e que permanece inalterado desde o armistício – ainda vigente - que pôs termo ao conflito é sintomático de que a Guerra da Coreia e seus desdobramentos estão longe de mostrar uma política eficiente de equilíbrio entre utopismo e realismo.

Mesmo com o fim da Guerra Fria, o Norte permanece em estado de guerra, fortemente mobilizado com um dos maiores exércitos do mundo e o recente desenvolvimento de armas nucleares e o Sul com centenas de milhares de tropas estadunidenses em seu solo.

Este estudo está longe de esgotar o potencial analítico do legado de Carr. Os aspectos históricos tão caros ao exame do acadêmico britânico parecem demandar uma investigação mais aprofundada para a compreensão de uma crise que vai muito além do escopo dos vinte anos argutamente analisados no entreguerras. Afinal, a crise coreana se alonga desde o fim do conflito que serviu de referência para Carr de certa forma no seu clássico livro sobre o predomínio do utopismo da Liga das Nações. Mais de setenta anos foram percorridos e os “fantasmas da guerra” continuam assombrando a península coreana mostrando a necessidade de um exame ulterior deste conflito, contrariando todas as tendências de distensão ocorridas pós-Guerra Fria.

No caso das Coreias, a Guerra Fria parece não ter terminado e permanece, por assim dizer, também, um forte legado tal como a enorme contribuição teórica e analítica de Edward Hallet Carr. Portanto, o alcance da hipótese de pesquisa enunciada sobre o excessivo realismo parece ter enorme alcance no caso do conflito coreano, muito embora estejamos nos estendendo para período que fuja ao escopo específico do trabalho. Evidentemente, isto não evita a necessidade de aprofundamento da pesquisa e da análise, conforme reiterado anteriormente.

## 5. REFERÊNCIAS

ANGELL, N. **A grande ilusão**. Brasília: UnB/IPRI, 2002.

CANADÁ. National Defence And The Canadian Forces. **Details/Information for Canadian Forces (CF) Operation United Nations Commission on Korea**. 2008. Disponível em: <<http://www.cmp-cpm.forces.gc.ca/dhh-dhp/od-bdo/di-ri-eng.asp?IntlOpId=266&CdnOpId=314>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

CARR, Edward Hallet. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939: Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais**. Brasília: UnB/IPRI, 2001.

DEUTSCHER, Isaac. “E. H. Carr como historiador del régimen bolchevique”, s/d, s/l, mimeo.

GOLDSTEIN, Donald M.; MAIHAFER, Harry J. **The Korean War: the story and photographs**. Dulles: Brassey's, 2000.

HANNINGS, Bud. **The Korean War: An exhaustive chronology**. Jefferson: Mcfarland & Company, 2007.

LINKLATER, Andrew. “The transformation of political community: EH Carr, critical theory and international relations”. **Review of International Studies**, v. 23, n. 03, 1997, p. 321-338.

MORGENTHAU, H. **Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília: UnB/IPRI, 2003.

ROSENBERG, Justin. “International relations in the prison of Political Science”. In: **International Relations**, 30(2), 2016, p. 1-27.

\_\_\_\_\_ **The empire of civil society: a critique of the realist theory of International Relations**, London, Verso, 2001.

TICKNER, J. Ann. "Re-visioning Security". In: Booth, Ken; Smith, Steve (ed.). **International Relations Theory Today**, University Park: Pennsylvania State University Press, 1995, pp. 175-197.

UNITED NATIONS. **The problem of independance of Korea**, Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/043/66/IMG/NR004366.pdf?OpenElement>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Nova Iorque: McGraham Hill, 1979.